

**ANEXO IV**  
**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 77 /PRES/INSS, DE 21 DE JANEIRO DE 2015**

**PROCURAÇÃO**

**ESP/NB:**

\_\_\_\_\_  
NOME COMPLETO DO SEGURADO/PENSIONISTA

NACIONALIDADE		ESTADO CIVIL		IDENTIDADE	
		Residente na			
CPF	PROFISSÃO			RUA/AVENIDA/PRAÇA	
Nº	COMPLEMENTO	BAIRRO		CIDADE/ESTADO/CEP	

nomeia e constitui seu bastante procurador o(a)  
Sr(a).

\_\_\_\_\_  
NOME COMPLETO DO PROCURADOR

NACIONALIDADE		ESTADO CIVIL		IDENTIDADE	
		Residente na			
CPF	PROFISSÃO			RUA/AV./PRAÇA	
Nº	COMPLEMENTO	BAIRRO		CIDADE/ESTADO/CEP	

a quem confere poderes especiais para representá-lo perante o **INSS**, bem como usar de todos os meios legais para o fiel cumprimento do presente mandato, por **encontrar-se**:

INDICAR UMA DAS OPÇÕES ABAIXO:

( ) Incapacitado de locomover-se ou portador de moléstia contagiosa,

( ) Ausente (viagem dentro país ou exterior) período \_\_\_\_\_

( ) Residência no exterior (indicar o país \_\_\_\_\_)

com fins específicos de:

INDICAR UMA DAS OPÇÕES ABAIXO:

Receber mensalidades de benefícios, receber quantias atrasadas e firmar os respectivos recibos.

Requerer benefícios, revisão e interpor recursos.

Comprovação de vida junto a rede bancária.

Cadastro de Senha para informações previdenciárias pela internet.

Requerimentos diversos.

---

LOCAL E DATA

---

ASSINATURA DO SEGURADO/PENSIONISTA

### **TERMO DE RESPONSABILIDADE**

Pelo presente Termo de Responsabilidade, comprometo-me a comunicar ao INSS qualquer evento que possa anular a presente Procuração, no prazo de trinta dias, a contar da data que o mesmo ocorra, principalmente o óbito do segurado/pensionista, mediante apresentação da respectiva certidão.

Estou ciente que o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-me-á às penalidades previstas nos arts. 171 e 299, ambos do Código Penal.

---

LOCAL E DATA

---

ASSINATURA DO PROCURADOR

#### **CÓDIGO PENAL**

Art. 171. Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou manter alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.